



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA -
PROEAD
CURSO DE BACHARELADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

FRANCISCA LEUDA DE MACEDO DANTAS

**EVOLUÇÃO DO IDEB DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
TANCREDO DE ALMEIDA NEVES NO PERÍODO 2008-2013: um estudo de caso
da eficiência da Gestão Pública na Educação**

**CAMPINA GRANDE-PB
2014**

FRANCISCA LEUDA DE MACEDO DANTAS

**EVOLUÇÃO DO IDEB DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
TANCREDO DE ALMEIDA NEVES NO PERÍODO 2008-2013: um estudo de caso
da eficiência da Gestão Pública na Educação**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Administração
Pública, modalidade de Ensino à
Distância, da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do
título de bacharel em Administração
Pública, Linha de Formação Específica
(LFE) III – Gestão Municipal, semestre
2014.2.

Orientador: Profa.Msc. Glauciara Pereira Barbosa

CAMPINA GRANDE-PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

D192e Dantas, Francisca Leuda de Macedo
Evolução do IDEB da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo de Almeida Neves no período 2008-2013 [manuscrito] : um estudo de caso da eficiência da Gestão Pública na Educação / Francisca Leuda de Macedo Dantas. - 2014.
22 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Glauciara Pereira Barbosa, Secretária de Educação à Distância".

1. Gestão Pública. 2. Educação. 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. I. Título.

21. ed. CDD 370

FRANCISCA LEUDA DE MACEDO DANTAS

**EVOLUÇÃO DO IDEB DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
TANCREDO DE ALMEIDA NEVES NO PERÍODO 2008-2013: um estudo de caso
da eficiência da Gestão Pública na Educação**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Administração
Pública, modalidade de Ensino à
Distância, da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do
título de bacharel em Administração
Pública, Linha de Formação Específica
(LFE) III – Gestão Municipal, semestre
2014.2.

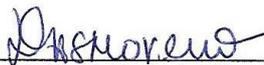
Aprovado em 06 / 12 / 2014



Profa.Msc. Glauciana Pereira Barbosa/ UEPB
Orientadora



Profa. Ma. Kaline Di Pace Nunes./UEPB
Examinador



Profa. Ma. Danielle Harleneda Silva Moreno./UEPB
Examinador

A Deus, razão do meu viver, e aos meus netos Anna
Cecília e Aquiles Calebe, amores da minha vida,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Antes de todos os agradecimentos específicos, eu afirmo que creio, sim, que há uma Força maior que move todas as outras. Eu agradeço a Deus pelo fortalecimento de minha fé e perseverança, que me permitiu chegar ao final desta jornada.

Aos meus filhos amados, Kallyna e Antonio Carlos, que foi o maior presente que poderia ter recebido na vida e pelo incentivo que me deram.

A meu esposo Carlos Dantas, pela compreensão que teve durante todo esse tempo.

A minha família pela dedicação, em especial à minha sogra Dirce Dantas (*in memoriam*) pelo incentivo que sempre me deu quando ainda estava presente.

A minha orientadora, Professora Glauciara P. Barbosa, que, com seu olhar crítico, possibilitou-me a concretização de um sonho.

A minha tutora Izabele Soares pelo excelente acompanhamento e assessoramento no decorrer do curso, sempre empenhada em solucionar nossas pendências.

Às coordenadoras do curso de Administração Pública, Jacqueline Echeverría e Kaline Di Pace, por seu empenho.

Aos professores do Curso de Graduação da UEPB, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, e todo o curso.

Aos funcionários da UEPB, em particular ao Joyce, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

Ao então Presidente da FAMUP, Buba Germano, pela oportunidade que nos foi dada de fazer um Curso Superior.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, foram responsáveis por eu chegar neste momento de finalização do curso, meus sinceros agradecimentos.

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.

Jean Piaget

SUMÁRIO

RESUMO	07
1 INTRODUÇÃO	07
2 REVISÃO DA LITERATURA	09
2.1 A GESTÃO PÚBLICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	09
2.2 NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O IDEB	10
2.3 EVOLUÇÃO DO IDEB NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL TANCREDO NEVES: UMA FORMA DE AVANÇO NA GESTÃO EDUCACIONAL	12
3 METODOLOGIA	15
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
ABSTRACT	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19
ANEXOS	20

EVOLUÇÃO DO IDEB DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL TANCREDO DE ALMEIDA NEVES NO PERÍODO 2008-2013: um estudo de caso da eficiência da Gestão Pública na Educação

DANTAS, Francisca Leuda de Macedo¹
BARBOSA, Glauciara Pereira²

RESUMO

Conciliar a “burocracia” da Administração Pública com a tão sonhada qualidade de ensino não é fácil. A gestão pública segue o princípio da legalidade e, dessa forma, precisa seguir, fielmente, os dispositivos legais que, nem sempre, ajudam a se atingir dados eficientes com a rapidez almejada. Contudo, a realidade vivenciada hoje, não apenas no Brasil, mas, também, em todo o mundo, indica que só há um caminho para se atingir o desenvolvimento: a educação. Foi diante deste contexto que o Ministério da Educação criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, um dado estatístico que visa avaliar a situação da educação brasileira nas mais variadas modalidades. O presente artigo científico visa avaliar a importância da gestão pública na educação para se atingir dados positivos no índice supra indicado. Utilizando como objeto de estudo a Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo de Almeida Neves, localizada no município de Picuí-PB, especificamente no período entre 2008 e 2013, procuraremos demonstrar a importância da gestão democrática escolar para se atingir resultados qualitativos positivos.

Palavras-chave: Gestão Pública. Educação. IDEB. Desafios.

1 INTRODUÇÃO

Indubitavelmente, o gerenciamento da educação é, hoje em dia, um dos maiores desafios da gestão pública em nosso país. A Constituição Federal prega o acesso universal à educação e em igualdade de condições. Contudo, a qualidade do ensino depende, muitas vezes, da forma como os recursos são aplicados, de tal maneira que a transformação da teoria em prática termina por se tornar um processo

¹ Bacharelada em Administração Pública pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: ledamdantas@hotmail.com.

² Possui graduação em Licenciatura em Letras pela UFPB (2001) e Mestrado em Linguagem, Interação e Ensino pela UFCG (2006). Tem experiência na área de Letras, Administração, Ciências Contábeis, Design de Moda e Enfermagem, com ênfase em Língua Portuguesa, Literatura, Filosofia, Metodologia e Arte.

complexo e bastante delicado, principalmente para a esfera federativa mais vulnerável: os municípios.

O IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – surgiu como uma forma de avaliar e quantificar os avanços educacionais nos municípios brasileiros, a fim de que tais entes possam perceber em que pontos estão avançando e em quais precisam melhorar. Muito mais que uma nota estatística, tal índice possui o condão de refletir a realidade daquela cidade, a fim de que os gestores possam avaliar as diferentes situações e traçar planos para avançar no oferecimento aos munícipes de uma educação de qualidade.

No caso específico do município de Picuí, durante o período 2008-2013, notou-se o destaque, no quesito outrora mencionado, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo de Almeida Neves. Em um curto lapso temporal, aquela instituição de ensino conseguiu elevar consideravelmente sua nota do IDEB, atingindo, e, até mesmo, superando, todas as metas do Governo Federal, tornando-se, conseqüentemente, um modelo de gestão não só para as demais unidades educacionais do município, mas, também, para todo o estado e país.

O presente artigo visa analisar a evolução do índice supramencionado na instituição educacional outrora citada, a fim de verificar as principais mudanças que levaram ao aumento considerável que será vislumbrado posteriormente. Buscar-se-á relacionar o avanço educacional à forma qualificada de uma gestão pública da educação que, ao mesmo tempo em que obedece às normas constitucionais e infraconstitucionais, também sabe ousar, trazendo inovações que tornaram a escola um destaque.

Ademais, pretende-se elencar os principais desafios enfrentados pela escola objeto do estudo quando da elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, a fim de que se possam traçar métodos de como evoluir a educação básica brasileira.

Para isso, o presente artigo será dividido em duas partes principais: a primeira, que visa destacar os objetivos e a finalidade do IDEB, relacionando-o com a gestão pública educacional brasileira; e a segunda, que pretende analisar os dados exitosos atingidos pela Escola Municipal Tancredo Neves e que deverão ser seguidas por outras unidades educacionais do país.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A GESTÃO PÚBLICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O art. 205 da Constituição Federal dispõe que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”. Percebe-se da leitura do dispositivo legal outrora citado que cumpre ao poder público, em regra, gerir o sistema educacional do país, de tal forma que a gestão privada de tal serviço é uma exceção, desde que se cumpram as normas gerais da educação nacional, bem como haja a autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público, conforme enuncia o art. 209 da Carta Magna.

Ocorre que, infelizmente, a educação pública no Brasil ainda necessita de um melhor gerenciamento. Para se ter uma ideia, a Lei 7.783/1990 ainda não considera a atividade educacional como serviço essencial, o que demonstra que o problema da desvalorização da educação no Brasil encontra-se, inclusive, no próprio conjunto de leis.

Todas as gestões administrativas, de todas as esferas da Federação, anseiam pela melhoria e por uma verdadeira reforma na Educação Pública. Porém, coloca-la em prática não vem sendo tarefa fácil. O próprio princípio da legalidade, que, indubitavelmente, é de extrema importância para a gestão pública, muitas vezes dificulta a celeridade de uma boa prestação educacional, já que a burocracia administrativa atua como verdadeiro entrave. Neste sentido, destaca Alex Muniz Barreto:

A lei, tomada em seu sentido amplo, funciona para a Administração Pública como o elemento condutor permanente dos atos das entidades e órgãos públicos, dela não podendo se afastar, sob pena de responsabilização dos seus agentes e anulação dos seus atos, por afronta às regras incidentes em cada caso concreto. Por essa forma, para o particular, esse princípio significa a liberdade de fazer tudo aquilo que a norma não proíba, explícita ou implicitamente, isso por força do direito fundamental insculpido no art. 5º, II, da Carta Política, ao dispor que *ninguém será obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei*.

Todavia, como o Direito Administrativo disciplina a gestão dos interesses coletivos expressos em normas constitucionais e infraconstitucionais, a

regularidade da atividade administrativa estatal está condicionada ao estrito cumprimento dos preceitos legais vigentes. (BARRETO, 2010, P. 48)

Nos últimos anos, verifica-se que as parcerias com ONGs e outras instituições civis vêm sendo o caminho encontrado pela Administração Pública para o bom gerenciamento da educação. Entidades como a UNICEF e programas como o “Amigos da Escola” vêm incentivando as esferas federativas para que invistam num melhor serviço educacional.

O próprio Governo Federal, através das Olimpíadas Brasileiras de Português e Matemática, a Prova Brasil, dentre outros métodos de avaliação, também está contribuindo para o avanço da educação pública. É nesse norte que o IDEB surge como um excelente verificador do avanço e dos desafios da educação brasileira.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, conforme será melhor abordado no tópico seguinte do presente artigo científico, vem se tornando um método importante de avaliação do que vem dando certo e do que precisa ser melhorado na gestão educacional dos municípios brasileiros.

Não se pode enfrentar a gestão pública em educação apenas de modo formal, mas, principalmente, através da análise material. O simples fato de se cumprir o mínimo constitucional de investimentos na área da educação não significa está-se diante de uma excelência na gestão pública de tal área. É preciso saber investir. É preciso verificar se, materialmente, a educação vem melhorando ou não. O presente artigo científico visa analisar a gestão educacional de uma das instituições de ensino do município de Picuí, tomando como base a evolução de suas notas do IDEB. A partir daí, teremos como verificar se a gestão está alcançando apenas metas formais, mas, também, materiais.

2.2 NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O IDEB

O IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no ano de 2007 como uma forma de unir, em apenas um dado numérico, informações sobre o fluxo escolar e as médias de desempenho dos estudantes nas avaliações. Isto fez com que a interpretação dos dados do INEP fosse mais simplificada e de melhor assimilação pela população em geral.

Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por outro lado, um sistema em que todos os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso os alunos aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem. (FERNANDES, 2014)

Dentre os dados que contribuem para o valor do IDEB, destacam-se a aprovação escolar (obtida por meio dos Censos Escolares) e as médias de desempenho nas avaliações realizadas pelo INEP, nos mais diversos âmbitos federativos, a exemplo do Saeb e da Prova Brasil.

Uma das maiores facilidades trazidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi a possibilidade de se comparar nacionalmente os dados, já que a nota do IDEB varia de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). Como tal nota depende de, basicamente, dois dados – o fluxo e o desempenho escolar – é muito difícil que tais notas venham a ser alvo de qualquer forma de burla ou manipulação, já que não é apenas a nota conferida ao aluno que indicará o supramencionado índice, mas, também, a forma como este discente se encontra inserido no meio escolar.

Neste diapasão, o IDEB é um importante indicador da qualidade da educação brasileira, servindo como norte para traçar os desafios que as escolas ainda têm de enfrentar, a fim de que, em 2022, se atinja a nota 6,0 (seis) no IDEB nacional – índice referente aos países considerados desenvolvidos.

O Ideb é o indicador objetivo para a verificação do cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, que trata da educação básica. Nesse âmbito que se enquadra a idéia das metas intermediárias para o Ideb. A lógica é a de que para que o Brasil chegue à média 6,0 em 2021, período estipulado tendo como base a simbologia do bicentenário da Independência em 2022, cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional. (FERNANDES, 2014)

Por fim, cumpre destacar a forma como é calculado o supramencionado índice. Para tanto, faz-se necessária a utilização de dois componentes: a taxa de rendimento escolar e as médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo INEP. O primeiro fator, também conhecido como aprovação,

conforme já foi explanado, é consultado por meio do Censo Escolar, realizado por cada instituição de ensino anualmente. Já o segundo, advém da Prova Brasil (no âmbito dos municípios) e do Saeb (no âmbito nacional e estadual), que são realizadas diretamente pelo próprio INEP.

2.3 EVOLUÇÃO DO IDEB NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL TANCREDO NEVES: UMA FORMA DE AVANÇO NA GESTÃO EDUCACIONAL

Traçados os pontos teóricos acerca do objeto de estudo do presente artigo, passamos ao clímax desta obra: a análise da evolução dos dados da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo Neves, como uma forma de experiência exitosa da gestão educacional.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Tancredo de Almeida Neves é uma instituição municipal de Educação Básica localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba. A escola foi instalada no ano de 1965, à época com o nome Governador Álvaro Gaudêncio, e era regida através do Decreto nº. 50/79.

No ano de 1985, na administração do então prefeito Sebastião Ramos Dantas, por meio de recursos federais, a escola foi ampliada e inaugurada, tendo mudado seu nome para Escola Municipal de 1º grau Presidente Tancredo de Almeida Neves, em homenagem ao Presidente eleito da época. A fundação da escola foi reconhecida através da Lei municipal nº. 527/85, de 16 de Setembro de 1985.

Através de Emenda Constitucional implantada a partir de janeiro 1998, com a finalidade de corrigir a dicotomia expressa nacionalmente em relação à educação e a criação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), a instituição passou a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Tancredo de Almeida Neves.

A Escola atende, atualmente, cerca de 360 alunos do 1º ao 5º do Ensino Fundamental I, oriundos das comunidades urbana e rural (sítios: Conceição, Massapê, Passagem, Quixaba, Serra Baixa e Várzea Grande) do Município de Picuí. O quadro técnico administrativo e pedagógico é composto por 16 professores, 01 gestora escolar e 01 gestora adjunta, 01 supervisora escolar (não exclusivo da Unidade de Ensino), 01 inspetora escolar, 01 auxiliar administrativo, 05 auxiliares de

serviços gerais, além de 01 orientadora educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Sua estrutura física possui 01 espaço de espera coberto (entrada da escola), 08 salas de aula, 01 sala de leitura, 01 refeitório (construção a concluir), 01 laboratório de informática, 01 cozinha, 01 despensa, 01 almoxarifado, 01 sala de Recursos Multifuncional, 05 banheiro feminino, 02 banheiro masculino, 01 sala de professores com 01 banheiro, 01 diretoria com 01 banheiro e 01 pátio aberto.

A partir de 2008, a Escola objeto do estudo passou por uma grande reforma administrativa e educacional que, conforme passará a ser exposto, rendeu bons frutos, baseado no conceito de “Escola Cidadã”, de Paulo Freire.

A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia (FREIRE, apud GADOTTI, 2002, p. 11-12).

A escola passou a ser administrada numa gestão democrática, que sempre procurou ouvir todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, valorizando, sempre que possível, as decisões coletivas. Além disso, a apresentação de Prestação de Contas, o planejamento coletivo e avaliativo das ações financeiras e a criação do Conselho Escolar foram cruciais para que a escola pudesse ampliar suas atividades, criando um currículo bastante amplo intra e extra sala de aula, colocando atividades educacionais, inclusive, durante o final de semana, como é o caso de incentivo a práticas esportivas e culturais (aulas de música e dança).

Ademais, houve avanços no que diz respeito à implantação de reuniões de planejamentos semanais, formação contínua de professores e melhoria na qualidade da merenda escolar. A presença semanal da supervisora pedagógica na escola também foi de intensa importância para que os erros que surgiam fossem sendo corrigidos. Neste sentido, especialmente no que diz respeito à reformulação pedagógica escolar, destaque-se o ensinamento de Veiga:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar articulado ao compromisso sociopolítico com interesses reais e coletivos da população majoritária. (VEIGA, 1995, p. 13)

A escola também se destacou no cenário educacional local com a realização de diversos eventos culturais e festivos com a participação da comunidade e a realização de diversos projetos escolares, todos organizados e tratados com o mínimo de interrupção das aulas.

A aquisição de recursos tecnológicos pela gestão escolar, apoiada pelas esferas federativas, a exemplo de computadores, laptops, data show, aparelhos de televisão e DVD, caixa amplificadora e microcomputador, foram cruciais para a utilização de novas ferramentas tecnológicas na arte do saber, acessíveis a professores e alunos.

O incentivo à leitura também é uma marca positiva do ambiente escolar, através do desenvolvimento de ações do Projeto Trilhas e da participação do Projeto da SECD “Ler, Apreciar e Encantar”, sem contar com a participação dos discentes nas Olimpíadas Brasileiras de Astronomia e Língua Portuguesa. Tudo isto ligado a uma premiação anual criada pela instituição de ensino conhecida como “Aluno Nota 10”, que visa agraciar os melhores alunos, por desempenho, de cada turma.

Por fim, a política de acessibilidade promovida pela Escola Municipal Tancredo Neves também merece destaque, com a inclusão de alunos deficientes no ambiente escolar, que se encontra dotado de toda uma infraestrutura adequada para recepção destes discentes.

Com esses avanços, a escola objeto do estudo, no período compreendido entre 2008 e 2013, conseguiu atingir avanços consideráveis no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, calculado pelo Ministério da Educação, como foi outrora exposto.

Para se ter uma ideia, em 2009, a Escola Tancredo Neves conseguiu subir do índice 3,1 (dado referente ao ano de 2007) para a nota 4,7, superior às médias nacional (4,6), estadual (3,9) e municipal (3,6). A curva de crescimento da instituição, nos anos seguintes, só foi ascendente.

Em 2011, a escola atingiu o IDEB 6,0, meta nacional prevista para o ano 2021, e dado superior, novamente, as médias nacional (5,0), estadual (4,3) e

municipal (5,1). Este avanço ampliou-se ainda mais em 2013, quando a Escola Municipal Tancredo Neves atingiu mais um recorde: a nota 6,1, mais uma vez superior às médias nacional (5,2), estadual (4,5) e municipal (5,5).

Com essas informações, verifica-se que as mudanças administrativas e educacionais ocorridas na supramencionada instituição de ensino entre os anos de 2008 e 2013 foram fundamentais para que o desenvolvimento do Ensino Básico pudesse atingir patamares exemplares.

Contudo, ainda há muitos desafios que a escola precisa enfrentar, a exemplo da melhoria no atendimento da sala de leitura (que ainda não possui funcionário específico); melhores condições para enfrentamento de problemáticas da atualidade, como *bullying*, drogas e sexualidade; maiores repasses financeiros para a instituição; ampliação da relação pais-escola; ampliação do quadro docente; e melhor infraestrutura, com ampliação da climatização e revestimento cerâmico.

É importante entender, o que já é consenso, que o magistério e a profissão de professor caracterizam-se como uma profissão com níveis de complexidade, exigindo revisão e construção constante de saberes, centrando seu saber ser e fazer numa prática reflexiva e investigativa do trabalho educativo e escolar, no cotidiano pessoal e profissional. Desta forma, compreendo que o desenvolvimento profissional entrecruza-se com a dimensão pessoal e político-social do professor, enquanto profissional numa realidade contextualizada. (SOUZA, 2003, p. 441)

Porém, com perseverança e seguindo os caminhos administrativos já postos, tais barreiras poderão ser superadas e o crescimento educacional e gestor da escola se ampliar mais ainda. Até porque, como afirma Gadotti (1996, p. 02)

Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

3 METODOLOGIA

Para realização do presente trabalho, utilizamos o método de abordagem dedutivo, pois analisamos a ocorrência de um fenômeno particular através de teorias gerais já estabelecidas. Além disso, fizemos uso de um método de procedimento monográfico, tendo em vista que estudamos um tema específico em profundidade

abarcando os diversos aspectos e consequências que traz para o contexto social e educacional.

O TCC teve como base pesquisas bibliográficas e documentais, utilizando doutrinas clássicas nacionais, bem como dados extraídos da Secretaria Municipal de Educação de Picuí, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo de Almeida Neves e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Além disso, procuramos utilizar uma abordagem qualitativa, para, assim, conseguirmos chegar a resultados significativos no âmbito acadêmico, educacional e social, que não deixa de ser uma obrigação de todo pesquisador.

Por fim, quanto aos objetivos, fizemos uma pesquisa explicativa, pois verificamos o método utilizado pela escola objeto de estudo, a fim de superar a média nacional do IDEB.

Através de todo esse procedimento metodológico, consideramos que atingimos os objetivos outrora expostos pretendidos com o presente Trabalho de Conclusão de Curso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante todo o exposto, pode-se concluir que a gestão educacional tem grande importância para que as metas governamentais possam ser atingidas, a fim de se qualificar a educação pública. Aplicando-se os conceitos básicos que norteiam a Administração Pública, de forma aliada a uma gestão participativa e democrática, os frutos conquistados serão de grande valia para a construção de uma educação pública de qualidade.

A criação do IDEB pelo Ministério da Educação significou um grande avanço para que se pudesse traçar um panorama do quadro educacional, público e privado, brasileiro. A forma de se conciliar dados do Censo Escolar com exames, a exemplo da Prova Brasil, consiste numa importante fórmula de se traçar a visão da educação sem “maquiagens”.

Analisando, especificamente, a situação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo de Almeida Neves, no município de Picuí, verificamos um quadro ascendente na qualidade de ensino, reconhecido pelo próprio Ministério da

Educação. Contudo, tais conquistas só foram possíveis diante da reformulação administrativa vivenciada por aquela instituição e que continua sendo ampliada.

É bem verdade que ainda há muito para se avançar, mas o caminho do avanço já foi encontrado. O conceito de Escola Cidadã, tanto trabalhado por Paulo Freire, associado à ideia de Gestão Administrativa Democrática-Participativa é uma boa fórmula para se conquistar os avanços formais e materiais que envolvem a Administração Pública e a educação brasileira.

ABSTRACT

Reconcile the "bureaucracy" of public administration with the long awaited quality of teaching is not easy. Public management follows the principle of legality and thus needs to follow faithfully the legal devices that do not always help to achieve efficient data with the desired speed. However, the reality today, not only in Brazil but also all over the world, indicates that there is only one way to achieve development: education. It was within this context that the Ministry of Education created the Index of Basic Education Development-IDEB, a statistic that aims to assess the situation of Brazilian education in various modalities. This research paper aims to assess the importance of public management education for achieving positive data in the index indicated above. Using as an object of study Municipal Elementary School Tancredode Almeida Neves, located in the municipality of Picuí-PB, specifically in the period between 2008 and 2013, will try to demonstrate the importance of democratic school management to achieve positive qualitative results.

Keywords: Public Management. Education. IDEB. Challenges.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, A. M. **Direito Administrativo Positivo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, Estados, Municípios e Escolas**. Disponível em: <<http://www.ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 08.10.2014.

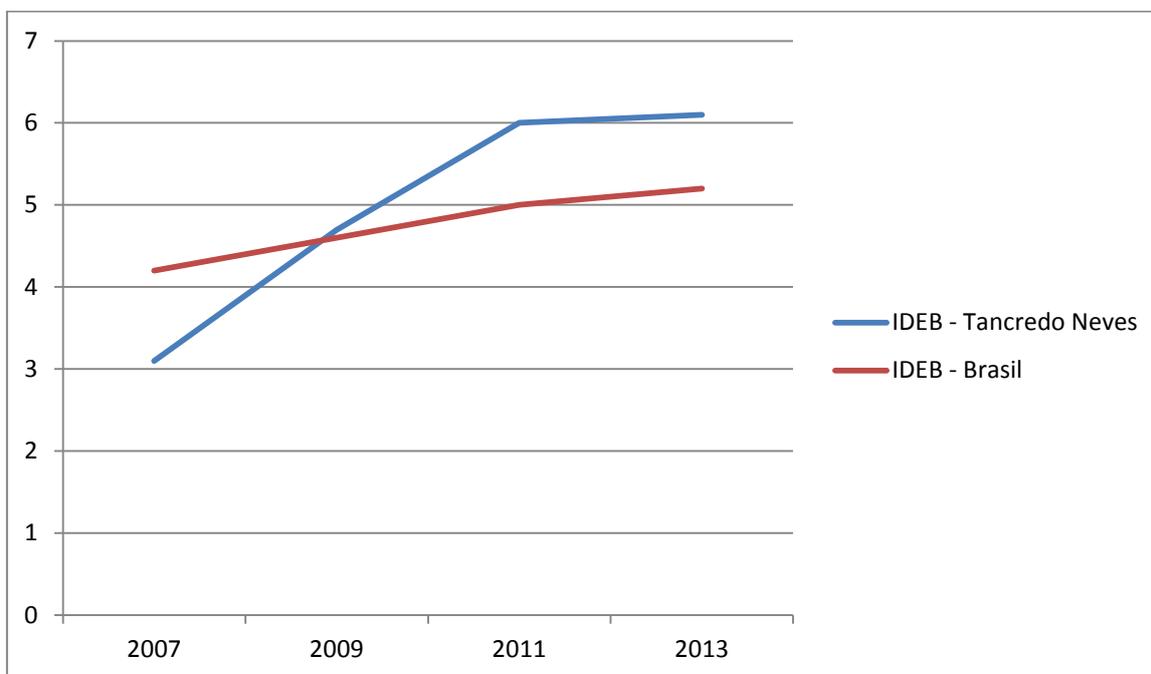
GADOTTI, M. **O projeto político pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. Disponível em: <www.paulofreire.org/MoacirGadotti/Artigos/Portugueses/EscolaCidade/ProjetoPoliticoPedagogico>. Acesso em: 01.11.2014.

RIOS, M. P. G. **Desafios da gestão escolar para a melhoria da qualidade dos processos do ensino e da aprendizagem do ensino fundamental**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MonicaPiccioneGomesRios_int_GT8.pdf>. Acesso em: 12.10.2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Projeto político-pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo de Almeida Neves**. Picuí: 2013.

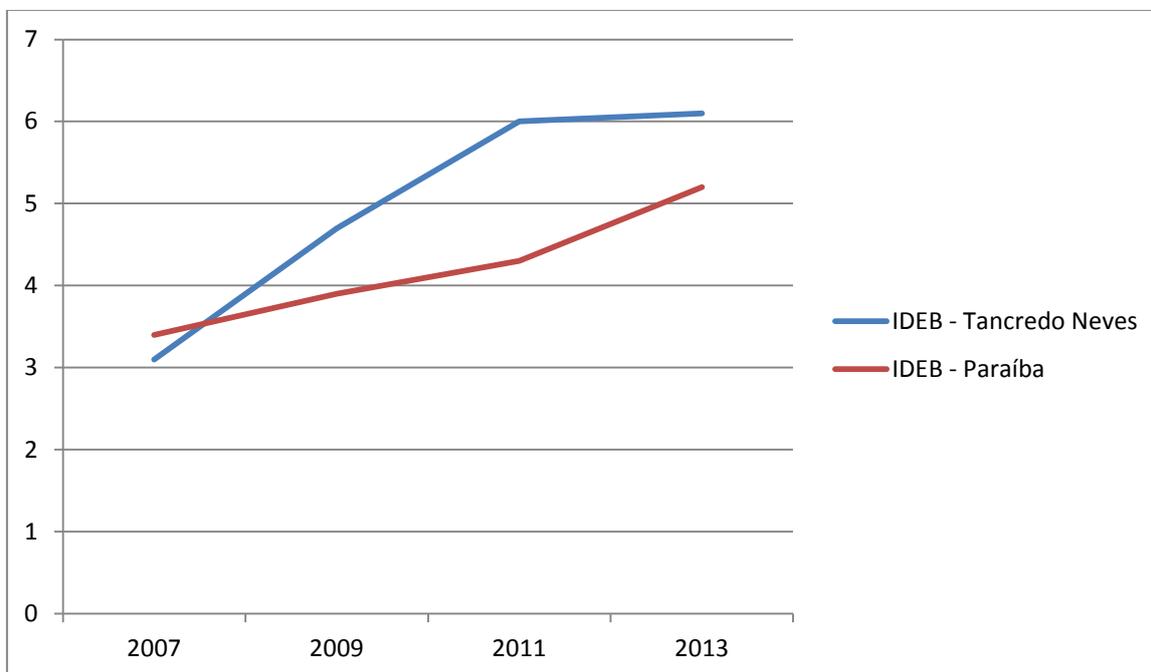
SOUZA, E. C. Cartografia Histórica: trilhas e trajetórias da formação de professores. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 12, n. 20, jul/dez, 2003, p. 431-446.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

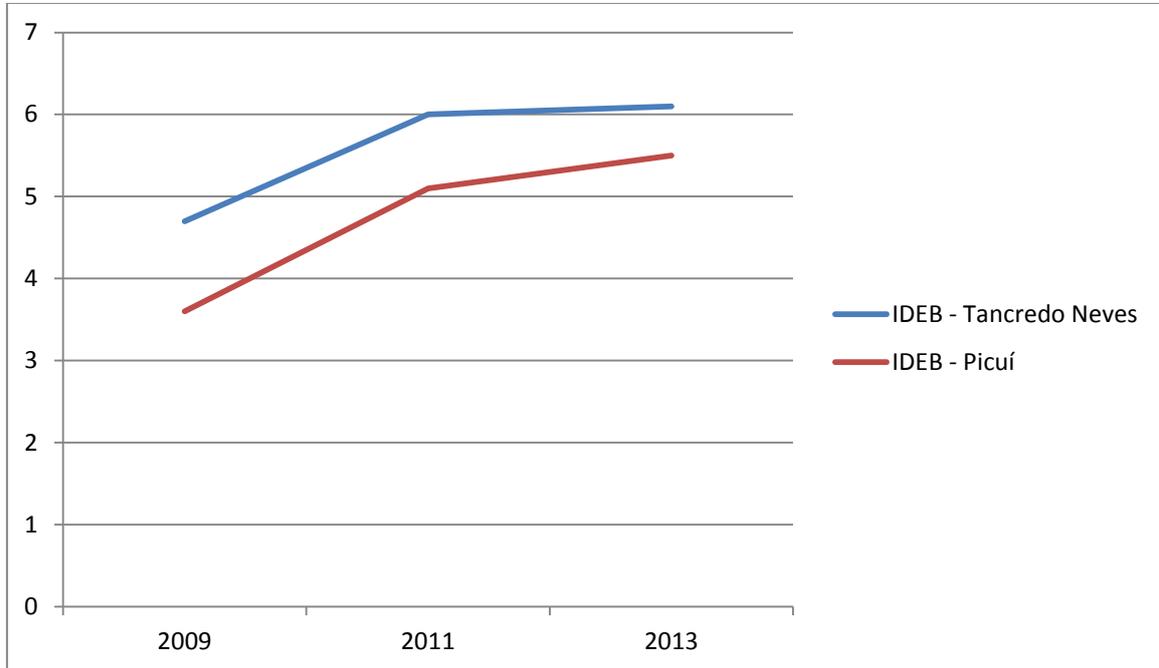
ANEXOS**ANEXO 01**

Fonte: Ministério da Educação. Consulta em: <http://ideb.inep.gov.br/>

ANEXO 02



Fonte: Ministério da Educação. Consulta em: <http://ideb.inep.gov.br/>

ANEXO 03

Fonte: Ministério da Educação. Consulta em: <http://ideb.inep.gov.br/>